



Em **S**ociedade

CIDADE, SEGREGAÇÃO E ECOLOGIA INTEGRAL: o inconformismo diante das injustiças urbanas

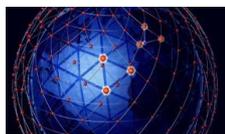
CITY, SEGREGATION AND INTEGRAL ECOLOGY: the ethics of care in the face of urban injustices

Fernando Luz Sinimbu Portugal¹

RESUMO

O artigo analisa as dinâmicas de segregação urbana nas cidades brasileiras contemporâneas, articulando autores da sociologia urbana crítica com a proposta da Ecologia Integral, apresentada pelo Papa Francisco na encíclica *Laudato Si'*. Parte-se da compreensão de que as cidades são territórios atravessados por desigualdades raciais, sociais e territoriais historicamente construídas e intensificadas pelo modelo neoliberal. A segregação urbana, a gentrificação e a exclusão dos sujeitos periféricos são abordadas a partir das contribuições de Teresa Caldeira, Raquel Rolnik, Lisandra Moreira, Jupira Mendonça e Tiaraju D'Andrea. Em contrapartida, o texto enfatiza as formas de resistência política e cultural que emergem das periferias, como práticas insurgentes que reivindicam o direito à cidade. A Ecologia Integral é proposta como uma chave ético-religiosa capaz de integrar justiça social, justiça espacial e justiça ambiental. Defende-se, ao fim, que a construção de uma cidade justa passa pela

¹ Bacharel em Direito, mestre e doutorando em Ciências Sociais pela PUC Minas; e-mail: portugalbh@gmail.com; Link relativo ao currículo lattes do pesquisador: <http://lattes.cnpq.br/3426892936688569>; Identificação no Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-0070-0183>.



valorização das experiências populares, pela superação da lógica de exclusão e pela promoção de uma urbanidade fundamentada no cuidado e na solidariedade.

Palavras-chave: Ecologia Integral. Segregação Urbana. Periferias. Justiça Socioambiental. Direito à Cidade.

ABSTRACT

This article analyzes urban segregation in contemporary Brazilian cities by connecting critical urban sociology with the concept of Integral Ecology proposed by Pope Francis in the encyclical *Laudato Si'*. It starts from the premise that cities are shaped by historical and structural inequalities—racial, social, and spatial—intensified by neoliberal urban policies. Authors such as Teresa Caldeira, Raquel Rolnik, Lisandra Moreira, Jupira Mendonça, and Tiaraju D'Andrea are mobilized to discuss the mechanisms of spatial segregation, gentrification, and the marginalization of peripheral populations. In contrast, the paper highlights grassroots political and cultural resistance emerging from the margins as insurgent practices reclaiming the right to the city. Integral Ecology is presented as an ethical and religious framework that unifies social, spatial, and environmental justice. The article argues that building a just city requires valuing popular knowledge, overcoming exclusionary logics, and promoting an urban life grounded in care and solidarity.

Keywords: Integral Ecology. Urban Segregation. Peripheries. Socio-environmental Justice. Right to the City.

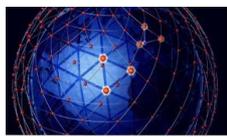
RESUMEN

El artículo analiza las dinámicas de segregación urbana en las ciudades brasileñas contemporáneas, articulando la sociología urbana crítica con la propuesta de Ecología Integral del Papa Francisco en la encíclica *Laudato Si'*. Se parte del reconocimiento de que las ciudades son territorios marcados por desigualdades históricas — raciales, sociales y territoriales — agravadas por el modelo neoliberal. A partir de las contribuciones de Teresa Caldeira, Raquel Rolnik, Lisandra Moreira, Jupira Mendonça y Tiaraju D'Andrea, se examinan la segregación espacial, la gentrificación y la exclusión de los sujetos periféricos. Frente a eso, se destacan las formas de resistencia que emergen desde las periferias como prácticas políticas y culturales insurgentes que reivindican el derecho a la ciudad. La Ecología Integral es propuesta como una clave ética y religiosa que articula justicia social, espacial y ambiental. El texto concluye que una ciudad justa sólo es posible mediante el reconocimiento de las experiencias populares y la construcción de una urbanidad basada en el cuidado, la solidaridad y el bien común.

Palabras clave: Ecología Integral. Segregación Urbana. Periferias. Justicia Socioambiental. Derecho a la Ciudad.

RÉSUMÉ

Cet article examine les dynamiques de ségrégation urbaine dans les villes brésiliennes contemporaines, en articulant la sociologie urbaine critique avec la proposition d'Écologie Intégrale formulée par le pape François dans l'encyclique *Laudato Si'*. Il part du constat que les villes sont structurées par des inégalités historiques — raciales, sociales et territoriales — aggravées par les politiques urbaines néolibérales. À travers les travaux de Teresa Caldeira, Raquel Rolnik, Lisandra Moreira, Jupira Mendonça et Tiaraju D'Andrea, l'article analyse la ségrégation spatiale, la gentrification et l'exclusion des populations périphériques. Parallèlement, il met en valeur les



pratiques de résistance politique et culturelle issues des périphéries, qui revendiquent un droit à la ville. L'Écologie Intégrale est présentée comme une clé de lecture éthique et religieuse permettant d'unifier les luttes pour la justice sociale, spatiale et environnementale. Le texte conclut qu'une ville juste doit être fondée sur la reconnaissance des savoirs populaires, le dépassement des logiques d'exclusion et la promotion d'une urbanité fondée sur le soin, la solidarité et la dignité.

Mots-clés: Écologie Intégrale. Ségrégation urbaine. Périphéries. Justice Socio-environnementale. Droit à la Ville.

INTRODUÇÃO

A cidade² contemporânea se apresenta como o principal palco onde se manifestam, de forma multifatorial-condensada³, as contradições sociais, raciais, econômicas e ambientais. Esses espaços, ao contrário do que foi propagado nos séculos XIX e XX sob uma visão clássica europeia, não são neutros nem naturais, mas resultados histórico-políticos da produção capitalista do espaço e da desigual distribuição dos recursos e direitos. No Brasil, as metrópoles⁴ não só expressam essas desigualdades, como também as produzem cotidianamente por meio da segregação territorial, do racismo estrutural, da violência policial, da especulação imobiliária e da marginalização de corpos e culturas periféricas.

Diante desse quadro, emerge a necessidade de uma reflexão que ultrapasse as fronteiras disciplinares e permita uma abordagem que articule do urbano ao ético, ao socioecológico e ao religioso. É nesse contexto que a proposta de Ecologia Integral, formulada pelo Papa Francisco (2013-2025) na encíclica *Laudato Si'*, revela seu potencial transformador. Longe de uma abordagem ecológica reducionista, meramente ambiental, a Ecologia Integral propõe um novo paradigma sócio-organizador, o qual vincula a crise ecológica às crises sociais, econômicas, éticas, religiosas e, de acordo com a ênfase deste trabalho, à crise organizacional urbana. A degradação ambiental, a exploração do trabalho, a exclusão urbana e a perda do sentido coletivo de cidade são aspectos interconectados e interdependentes de uma mesma e grande crise (Francisco, 2013; 2022; 2023).

² O vocábulo cidade é polissêmico. Neste contexto, foi utilizada de uma forma simbólica, no sentido de organização urbana humana.

³ Pluralidade humana concentrada em uma área territorial.

⁴ Metrópole é, outrossim, polissêmica. Seu uso, neste caso, indica grandes aglomerações urbanas, de alta densidade populacional, com multifacetadas expressões culturais.



Com efeito, este artigo tem por objetivo examinar as formas de segregação e exclusão presentes nas cidades brasileiras, a partir de autores e autoras que discutem o urbano em chave crítica e etnográfica, bem como colocá-las em diálogo com a Ecologia Integral. A partir da leitura de Teresa Caldeira (2000), Raquel Rolnik (1989), Tiaraju D'Andrea (2020), Lisandra Moreira (2017), Jupira Mendonça, Luciana Andrade, Alexandre Diniz (2019), entre outros, busca-se articular diagnósticos urbanos com uma ética do cuidado e da justiça socioambiental.

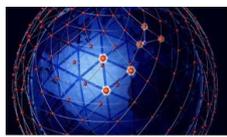
Ao fazer isso, almeja-se contribuir com a construção de um pensamento urbano-teológico que reconheça os territórios populares como espaços de dor, mas outrossim de resistência, com o intuito de invenção de alternativas exequíveis. Essa perspectiva é fundamental em tempos de colapso ambiental e de regressão coletiva-comunitária, nos quais as vidas descartadas pelas lógicas de mercado e de poder exigem reconhecimento, reparação e dignidade.

Nessa toada, a estrutura do artigo está organizada em quatro partes, além desta introdução e da conclusão. Na primeira parte, tratar-se-á da cidade como território de desigualdades e de enclausuramentos, a partir da literatura urbana crítica. Na segunda, são apresentadas as formas de resistência cotidiana e coletiva que emergem nas margens. Em seguida, há a abordagem das críticas ao modelo de cidade neoliberal e das proposições de alternativas. Por fim, traz-se a discussão de como a Ecologia Integral pode funcionar como horizonte ético, social, ambiental, político, cultural, metodológico e epistêmico de uma nova urbanidade.

Frise-se que essa aproximação entre pensamento social urbano e Doutrina Social da Igreja⁵, longe de ser meramente ilustrativa e retórica, busca produzir uma base gramatical-filológica comum entre os saberes e as lutas, em um espaço em que o compromisso com a vida é o ponto de partida e de chegada. Em um mundo urbano que exclui e mata, falar de ecologia é também falar de cidade, de moradia, de transporte, de saneamento, de acesso ao espaço urbano e ao direito de pertencer.

Mais do que uma análise, portanto, este texto é um convite a uma articulação entre a periferia e o centro, entre o saber popular e o acadêmico, entre a teologia e a sociologia, entre a ética cristã-católica e as epistemologias urbanas do Sul global. Trata-se de uma articulação

⁵ Trata-se do compêndio de ensinamentos e de instruções sociais organizado pela Igreja Católica, com a finalidade de ordenar e sugerir uma prática coletiva aos seus fiéis.



necessária e urgente frente à barbárie urbana e à destruição da Casa Comum (Francisco, 2013; 2022; 2023).

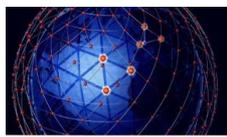
No centro desta reflexão, está a ideia de que não há cuidado do planeta sem cuidado das cidades, e não há justiça ambiental sem justiça urbana. É por isso que, ao se tratar da Ecologia Integral, não se está a falar apenas de florestas e de rios, mas também de favelas e de vielas, de mulheres negras e de trabalhadores precarizados, de catadores e de prostitutas, isto é, de todos e todas que sustentam a vida em contextos hostis de exploração contemporânea.

A partir dessa convicção, inicia-se esta análise pelos modos como a cidade brasileira vem sendo produzida, segregada e fragmentada nas últimas décadas, para então pensar, a partir dos documentos analisados, como as resistências têm emergido das margens e como a Ecologia Integral pode iluminar e fortalecer tais processos.

A CIDADE CONTEMPORÂNEA COMO TERRITÓRIO DE DESIGUALDADE

A cidade brasileira é o produto histórico de uma colonização escravocrata excludente, de um urbanismo segregador e de políticas públicas que priorizam os interesses egoístas e privados sobre o bem comum da coletividade. Desde o final do século XIX, como aponta Teresa Caldeira, São Paulo passou por ao menos três modelos de segregação, quais sejam, da cidade concentrada, ao modelo centro-periferia, até a recente proliferação dos enclaves fortificados. Esses enclaves (condomínios fechados, shoppings, centros empresariais) são espaços seletivos onde são garantidas a segurança, a limpeza e a homogeneidade social. Representam, assim, a nova forma de segregação urbana, marcada não mais apenas pela distância geográfica, mas pela exclusão simbólica e pelo controle físico dos acessos (Caldeira, 2000).

Ainda na perspectiva de Caldeira, os enclaves fortificados expressam o abandono da esfera pública. As elites urbanas, movidas pelo medo da violência e do crime, retraem-se em direção a espaços privados-herméticos, em que podem evitar o contato com o outro, especialmente com os pobres, com os negros e com os periféricos. Esse processo não versa apenas sobre a espacialidade, mas sobre a dimensão política, ou seja, ao se retirarem da vida pública-coletiva, essas elites também abandonam os ideais democráticos-plurais de convivência, de diversidade e de solidariedade. O espaço público, assim, deixa de ser lugar de encontro e passa a ser estigmatizado como território do perigo (Caldeira, 2000).

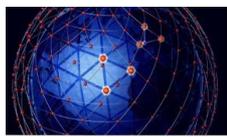


Essa lógica é reforçada pela denominada hipersegregação das elites, como analisado por Jupira Mendonça, Luciana Andrade, Alexandre Diniz. Esses autores perceberam que, em grandes metrópoles como a cidade de Belo Horizonte, as classes mais altas tendem a se concentrar em áreas centrais valorizadas, com alto padrão de infraestrutura e qualidade de vida, enquanto os pobres são empurrados para as franjas marginais da cidade. O termo “hipersegregação”, tomado emprestado de Massey e Denton, refere-se à presença simultânea de várias dimensões de isolamento, isto é, relaciona-se com a concentração, com a exposição, com a centralização, com o agrupamento e com a uniformidade sociais. Não se trata, apenas, de segregação espacial, mas de um modelo urbano que perpetua, catalisa e acentua desigualdades socioestruturais (Andrade; Diniz; Mendonça, 2019).

Na mesma linha, Lisandra Moreira demonstra como a segregação urbana no Brasil tem cor, etnia e cultura. A população negra, especialmente preta e parda, é majoritária e desproporcionalmente residente nas favelas, nas ocupações e nos bairros periféricos. A relação entre raça e espaço é, pois, determinada por um processo histórico que intersecciona e associa a branquitude à pretensa legalidade e, desigualmente, à centralidade urbana, enquanto as pessoas negras são lançadas à precariedade e à informalidade laborais. A luta pela regularização fundiária, nesse sentido, trata-se, também, de uma luta contra o racismo estrutural e por reconhecimento territorial (Moreira, 2017).

A esse respeito, Raquel Rolnik enfatiza que o território negro é real, histórico e estruturante. Ainda que o Brasil não possua guetos nos moldes estadunidenses, existe uma marginalização racial persistente que afeta a inserção urbana da população negra. Esses territórios são, ao mesmo tempo, marcados pela exclusão, pela discriminação e pelas produções culturais, religiosas e comunitárias. Terreiros, escolas de samba e movimentos negros urbanos são exemplos de como a resistência negra ocupa e resignifica a cidade (Rolnik, 1989).

Tiarajú D’Andrea, por sua vez, propõe a categoria de sujeitas e de sujeitos periféricos para nomear os moradores da periferia que constroem identidades políticas e formas próprias de consciência e ação. Longe de serem apenas vítimas, esses sujeitos elaboram narrativas, práticas, métodos e epistemologias que confrontam o centro e (re)afirmam a periferia como lugar de saber e potencialidades. A periferia, assim, não é apenas geográfica, mas simbólica, cultural e epistêmica (D’Andrea, 2020).



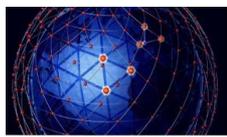
Ao analisar essas diferentes formas de segregação urbana, percebe-se que a desigualdade na cidade é estrutural e sistêmica. Ela se expressa no transporte, na (falta de) mobilidade, na (falta de) qualidade da moradia, na (falta de) acesso à saúde e à (falta de) educação formal, na (falta de) segurança e na (falta de) representatividade política. A cidade, portanto, é um espelho das desigualdades estruturais do país, e sua configuração espacial revela as hierarquias de classe, raça e gênero (Andrade; Diniz; Mendonça, 2019; Caldeira, 2000; D’Andrea, 2020; Rolnik, 1989).

Em complementação aos autores acima, o conceito de Ecologia Integral nos ajuda a compreender esse cenário material desigual a partir de uma chave epistemológica-metodológica em dimensões políticas, ambientais, sociais, econômicas, éticas e religiosas. Para o Papa Francisco, a degradação ambiental e a degradação social são inseparáveis, tratam-se, pois, de efeitos da crise socioambiental. As mesmas forças que poluem rios e derrubam as florestas são aquelas que despejam famílias, criminalizam os pobres e, outrossim, que privatizam os bens comuns-coletivos. O cuidado com a Casa Comum⁶ humana exige, portanto, o cuidado com as cidades e com os que nelas habitam (Francisco, 2013; 2022; 2023).

As cidades, para Francisco, devem ser espaços de vida digna para todos e para todas. Ele denuncia os espaços urbanos degradados e a exclusão que recai sobre os mais pobres e excluídos, especialmente nas periferias. Propõe, com efeito, uma ecologia do cotidiano, que propicie a valorização dos vínculos comunitários, dos espaços públicos e da solidariedade urbana. Assim, a crítica à segregação urbana torna-se, na perspectiva da Ecologia Integral, uma convocação ética à construção de uma cidade justa, inclusiva e sustentável (Francisco, 2013; 2022; 2023).

TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: CORPOS, CULTURA E POLÍTICA NAS MARGENS

⁶ “Desde meados do século passado e superando muitas dificuldades, foi-se consolidando a tendência de conceber o planeta como pátria e humanidade como povo que habita uma casa comum. Um mundo interdependente não significa unicamente compreender que as consequências danosas dos estilos de vida, produção e consumo afetam a todos, mas principalmente procurar que as soluções sejam propostas a partir de uma perspectiva global, e não apenas para defesa dos interesses de alguns países. A interdependência obriga-nos a pensar *num único mundo, num projeto comum*” (Francisco, 2022, p. 97).



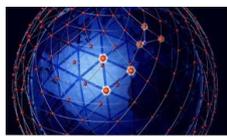
Diante da paisagem urbana marcada pela exclusão, surgem nas periferias práticas de resistência que desafiam as lógicas de controle, silenciamento e invisibilização. Esses territórios, longe de serem apenas espaços de carência, constituem-se como lugares de produção de saberes, afetos e novas formas de estar no mundo. A cidade, portanto, não é apenas o espaço da opressão; é também o espaço da invenção política e da emergência de sujeitos coletivos comprometidos com a transformação da realidade (Andrade; Diniz; Mendonça, 2019; Caldeira, 2000; D'Andrea, 2020; Francisco, 2013; 2022; 2023; Rolnik, 1989).

Um dos exemplos mais contundentes dessas resistências aparece no trabalho de Karina Gea, Lisandra Espíndula Moreira e Letícia Cardoso Barreto, ao analisarem as estratégias da Associação das Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig) frente às intervenções urbanas no hipercentro de Belo Horizonte. As prostitutas, tradicionalmente marginalizadas tanto pela sociedade quanto pelas políticas urbanas, constroem formas criativas de resistência ao se colocarem como sujeitas políticas que reivindicam o direito à cidade. A expressão "puta não tem protocolo" torna-se um grito contra os modelos tecnocráticos, excludentes e higienistas do urbanismo elitista, e em favor de uma cidade plural, onde caibam todas as formas de vida (Barreto; Gea; Moreira, 2018).

Essas práticas de resistência se articulam a partir de uma micropolítica do cotidiano. A rua, o corpo e o território tornam-se campos de disputas simbólicas e materiais. Em vez de participar apenas dos canais institucionais de deliberação, esses sujeitos ocupam o espaço urbano com seus próprios protocolos, baseados na escuta, na presença, na solidariedade e na corporeidade. Como assinala Carlos Magnani, a etnografia é capaz de captar essa dinâmica ao oferecer um olhar "de perto e de dentro", que revela a complexidade das formas de sociabilidade periférica e a potência dos usos populares da cidade (Magnani, 2002).

As práticas culturais da periferia, como o rap, o funk, o slam, os saraus e os coletivos artísticos, também funcionam como formas de resistência e elaboração simbólica. Tiarajú D'Andrea argumenta que essas expressões compõem uma epistemologia periférica, na qual os moradores das quebradas produzem conhecimento sobre si, sobre o mundo e sobre as injustiças que vivenciam. Mais do que denúncia, essas manifestações constroem novas formas de pertença e de identidade coletiva (D'Andrea, 2020).

As juventudes periféricas, em especial, têm ocupado um papel central nesse processo. Ao se apropriarem das ruas, das redes sociais e das instituições, elas afirmam a legitimidade de



sua existência e questionam os padrões normativos de cidadania. O conceito de "consciência periférica", também trabalhado por D'Andrea, remete à construção de um senso crítico enraizado na experiência concreta da desigualdade e da violência, mas também na memória e na esperança de transformação (D'Andrea, 2020).

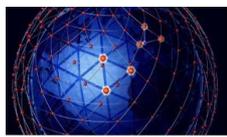
Esse movimento de resistência não se dá apenas em termos culturais ou simbólicos, mas também em disputas materiais por espaço, moradia e infraestrutura. As ocupações urbanas, as lutas por transporte público, por saneamento e contra a remoção compulsória são exemplos de como os sujeitos periféricos reivindicam o direito à cidade de forma organizada. Essas ações contestam o modelo de cidade baseado na mercantilização do espaço e propõem outra lógica: uma cidade como bem comum.

Nesse contexto, a Ecologia Integral aparece como uma chave teórica e ética para compreender e fortalecer essas resistências. O Papa Francisco, em *Laudato Si'*, reconhece o valor das lutas populares urbanas e chama atenção para a dignidade dos pobres, que são frequentemente os maiores defensores da casa comum, ainda que invisibilizados pelas elites políticas e econômicas. Ele afirma que “os pobres, com as suas vidas, sabem-nos ensinar que pouco basta para ser feliz, e que não é necessário destruir o ambiente para viver” (Francisco, 2013; 2022; 2023).

A Ecologia Integral propõe, ainda, uma valorização das práticas do cotidiano como lugar de cuidado e transformação. A religião ecológica defendida pelo pontífice de Roma convida a cultivar atitudes como a gratidão, a simplicidade e a ternura. Essas atitudes são vividas cotidianamente nas periferias, onde a solidariedade, o compartilhamento e a resistência são práticas de sobrevivência e de afirmação da vida (Francisco, 2013; 2022; 2023).

Nesse sentido, o que as periferias ensinam é que não se trata apenas de resistir, mas de existir de outra maneira. Como argumenta Raquel Rolnik, os territórios negros e populares não são apenas espaços de exclusão, mas também de construção coletiva, com seus próprios repertórios, tempos e formas de viver a cidade. A rua torna-se terreiro, palco e casa. A cidade é reinstituída a partir de baixo (Rolnik, 1989).

Ao nos debruçarmos sobre essas práticas de resistência, somos convidados a repensar o próprio conceito de cidade. Em vez de pensá-la como espaço de consumo e circulação mercantil, devemos concebê-la como espaço de convivência, de diferença e de justiça. A cidade



integral, à luz da Ecologia Integral, é aquela onde ninguém é descartado, onde os corpos são respeitados e onde a diversidade é celebrada como riqueza (Francisco, 2013; 2022; 2023).

Essas experiências mostram que, mesmo em contextos adversos, é possível reinventar a vida. As resistências periféricas, encarnadas e concretizadas em corpos, sons, relações e territórios, são elementos incipientes de uma nova urbanidade, mais justa, mais sensível e mais sustentável. A cidade viva transborda na margem, e é da margem que pode surgir a renovação do centro.

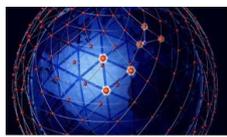
Crítica ao modelo de cidade neoliberal e alternativas possíveis

O processo de transformação urbana nas últimas décadas tem sido fortemente condicionado pela lógica neoliberal. A cidade deixa de ser compreendida como um espaço de realização de direitos e passa a ser tratada como mercadoria. Nesse contexto, o planejamento urbano é orientado não pela justiça social ou pelo bem comum, mas pela valorização imobiliária, atração de investimentos e promoção do consumo. Trata-se de um modelo excludente, que reforça a segregação socioespacial e a destruição dos laços comunitários.

Ricardo Duque Calvache (2010), ao analisar a difusão do conceito de *gentrification* (gentrificação) na Espanha, mostra como bairros populares têm sido alvo de políticas de “revitalização” que, sob o discurso da modernização, promovem o deslocamento das populações mais vulneráveis. Esse processo, longe de ser neutro, é atravessado por interesses econômicos e representa uma forma de violência simbólica e material. A gentrificação elimina o que há de diverso e popular na cidade, substituindo-o por uma homogeneização elitista (Calvache, 2010).

No Brasil, esse fenômeno se materializa em projetos urbanos que priorizam o “embelezamento” do espaço público em detrimento das práticas cotidianas das populações locais. Intervenções como as que ocorreram em Belo Horizonte, relatadas no estudo de Gea, Moreira e Barreto, demonstram como os grupos considerados “indesejáveis” — como prostitutas, camelôs e moradores de rua — são sistematicamente removidos dos centros urbanos em nome de uma suposta ordem. Tais ações evidenciam uma gestão da cidade voltada para os interesses do capital, em prejuízo da diversidade social (Barreto; Gea; Moreira, 2018).

Carlos Fortuna critica a retração dos espaços públicos como expressão desse modelo neoliberal. Em sua visão, a mercantilização da cidade compromete a possibilidade de



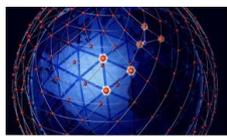
construção de uma cidadania plena, pois retira das pessoas comuns o direito de ocupar, viver e transformar os espaços coletivos. A cidade se torna um campo de exclusão, onde apenas alguns podem circular e participar. Para reverter essa lógica, é preciso recuperar os espaços de convivência, escuta e expressão da vida urbana (Fortuna, 2002).

Daniel Hiernaux também aponta para a necessidade de repensar a cidade a partir de uma ontologia do urbano. Em vez de continuarmos presos a paradigmas que fragmentam o real e reproduzem a lógica do controle e da exclusão, devemos desenvolver novas formas de compreender e construir o urbano. A cidade, com efeito, não é apenas um espaço físico, mas um tecido vivo de relações, significados e práticas. Para Hiernaux, a multiplicidade e a complexidade são elementos constitutivos do urbano, e é nelas que devemos fundar uma nova política da cidade (Hiernaux, 2006).

Sob a ótica da Ecologia Integral, essa crítica ao modelo neoliberal ganha uma dimensão ética e religiosa. O Papa Francisco denuncia com veemência as políticas urbanas que priorizam o lucro sobre a vida. Na encíclica *Laudato Si'*, ele afirma que “a política e a economia tendem a culpar-se mutuamente em relação à pobreza e à degradação do meio ambiente” e chama à responsabilidade os gestores públicos e os cidadãos na construção de um modelo urbano mais justo (Brighenti, 2018; Ferraz, 2021; Pontifício Conselho Justiça e Paz, 2023; Filoramo; Prandi, 2016; Furseth; Francisco, 2022; Manzini; Zacharias, 2021; Murad, 2022; Murad; Tavares, 2016; Nodari, 2022; Passos, 2016a; Passos, 2016b; Passos; Sanchez, 2024; Rossi; Santos, 2024; Suess, 2017; Suess, 2021; Wohlfart, 2021).

Francisco propõe a valorização das economias locais, do planejamento participativo e da promoção da justiça socioambiental como caminhos para a transformação. Ele nos convida a sonhar com uma cidade em que todos tenham lugar, em que os espaços comuns sejam preservados e em que os vínculos comunitários sejam fortalecidos. A cidade, sob essa perspectiva, não é um território de exclusão, mas um bem comum a ser cuidado por todos (Francisco, 2013; 2022; 2023).

Experiências concretas de resistência e de construção de alternativas já estão em curso nas periferias brasileiras. Projetos de moradia autogestionária, hortas comunitárias, cooperativas populares, redes de economia solidária e práticas culturais periféricas são expressões de uma outra cidade em gestação. Esses experimentos, ainda que locais, apontam



para uma nova racionalidade urbana baseada na solidariedade, na sustentabilidade e no protagonismo popular.

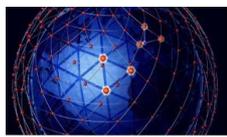
A Ecologia Integral, ao reconhecer a dignidade de todas as criaturas e a interconexão entre os seres, fornece a base ética para esses processos. Trata-se de compreender que a justiça ambiental e a justiça urbana são inseparáveis, e que o cuidado com a cidade é parte essencial do cuidado com a casa comum. Reconfigurar a cidade à luz dessa ecologia exige coragem política, sensibilidade religiosa e compromisso com os mais vulneráveis (Brighenti, 2018; Ferraz, 2021; Pontifício Conselho Justiça e Paz, 2023; Filoramo; Prandi, 2016; Furseth; Francisco, 2013; 2022; 2023; Manzini; Zacharias, 2021; Murad, 2022; Murad; Tavares, 2016; Nodari, 2022; Passos, 2016a; Passos, 2016b; Passos; Sanchez, 2024; Rossi; Santos, 2024; Suess, 2017; Suess, 2021; Wohlfart, 2021).

A crítica ao modelo neoliberal, nesse sentido, não é apenas uma denúncia, mas uma afirmação urgente de que outra cidade é possível, necessária e imprescindível. A Ecologia Integral, portanto, nos convida a vislumbrar essa cidade como um espaço de cuidado, de comunhão e de justiça. Cabe a nós, como sociedade, abrir caminhos para que essa cidade se torne realidade (Francisco, 2013; 2022; 2023).

CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, buscou-se articular diferentes propostas sobre a cidade brasileira contemporânea, especialmente no que diz respeito à sua estrutura segregadora, às formas de resistência das periferias e às possibilidades de transformação social. A partir de uma interlocução entre autores da sociologia urbana, das Ciências Sociais, das Humanidades e da proposta de Ecologia Integral do Papa Francisco, conclui-se que a crise urbana é, ao mesmo tempo, social, política, cultural, ética e ambiental.

A segregação espacial das elites, como discutido por Caldeira e Mendonça, a exclusão racial identificada por Moreira e Rolnik, as resistências periféricas descritas por D'Andrea e Magnani, bem como a denúncia da gentrificação e da destruição dos espaços públicos feita por Calvache, Fortuna e Hiernaux, nos mostram que a cidade é o campo onde se travam as principais disputas do nosso tempo. A cidade neoliberal é o oposto da cidade justa, e por isso é urgente imaginar e construir alternativas (Barreto; Gea; Moreira, 2018; Calvache, 2010; Fortuna, 2002; Hiernaux, 2006; Magnani, 2002).



A Ecologia Integral aparece, nesse contexto, como uma proposta ética e política capaz de reunir essas lutas e essas análises sob um mesmo horizonte: o cuidado com a vida em todas as suas formas. Ela nos convida a pensar a cidade como parte da casa comum, a reconhecer a centralidade das periferias, a valorizar os saberes populares e a promover a justiça como critério fundamental do planejamento urbano (Francisco, 2013; 2022; 2023).

Mais do que uma crítica, este artigo é um convite crítico à imaginação e à ação. As cidades do futuro não podem repetir os erros do passado. Precisam, pois, ser construídas com, pelos(as) e para os pobres, os negros, os periféricos, as mulheres e com todos(as) aqueles que têm sido historicamente marginalizados(as). A cidade integral é aquela onde caibam todos os mundos e, com efeito, onde a justiça deixe de ser mera promessa formal para se tornar realidade material.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luciana Teixeira de. DINIZ, Alexandre Magno Alves; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Hipersegregação das elites metropolitanas brasileiras na década de 2000: interpretações a partir da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 21, n. 44, p. 29–53, jan./abr. 2019. DOI: 10.1590/2236-9996.2019-4402.

BRIGHENTI, Agenor. **A Laudato Si' no pensamento social da Igreja: da ecologia ambiental à ecologia integral**. São Paulo: Paulinas, 2018.

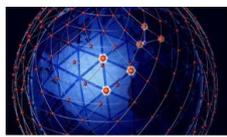
CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução de Frank d'Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora 34, 2000.

CALVACHE, Ricardo Duque. La difusión del concepto gentrification en España: reflexión teórica y debate terminológico. **Biblio 3W – Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. XV, n. 875, 2010.

CNBB. **Campanha da fraternidade 2025**. Fraternidade e ecologia integral. Brasília: Edições CNBB, 2024.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 19–36, jan./abr. 2020. DOI: 10.25091/S01013300202000010005.

FERRAZ, Chrystiano Gomes. **O diálogo inter-religioso para uma ecologia integral à luz da Laudato Si'**. Petrópolis: Vozes, 2021.



FILORAMO, Giovanni. PRANDI, Carlo. **As Ciências das Religiões**. 8ª reimp., São Paulo: Paulus, 2016.

FORTUNA, Carlos. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 123–148, 2002.

FRANCISCO, Papa. **Evangelii Gaudium**: a alegria do Evangelho. São Paulo: Edições Loyola & Paulus, 2013.

FRANCISCO, Papa. **Laudate Deum**: a todas as pessoas de boa vontade sobre a crise climática. São Paulo: Edições Loyola, 2023.

FRANCISCO, Papa. **Laudato Si'**: sobre o cuidado da casa comum. 2. ed., 2. reimp., São Paulo: Paulus, 2022.

HIERNAUX, Daniel. Repensar a cidade: a dimensão ontológica do urbano. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 20, p. 197–205, 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11–29, fev. 2002. DOI: 10.1590/S0102-69092002000100002.

MANZINI, Rosana. ZACHARIAS, Ronaldo. **Direitos humanos e doutrina social da Igreja**: da globalização da indiferença à globalização da solidariedade. São Paulo: Paulus, 2021.

MOREIRA, Lisandra Espíndula. **Segregação racial da moradia em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte, 2017.

MURAD, Afonso. **Janelas abertas**: fé cristã e ecologia integral. São Paulo: Paulinas, 2022.

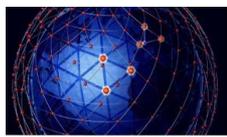
MURAD, Afonso. TAVARES, Sinivaldo Silva. **Cuidar da casa comum**: chaves de leitura teológicas e pastorais da *Laudato Si'*. São Paulo: Paulinas, 2016.

NODARI, Paulo César. **Casa comum ou globalização da indiferença?** Ensaio sobre ecologia integral, fraternidade, política e paz. São Paulo: Paulus, 2022.

PASSOS, João Décio. SANCHEZ, Wagner Lopes. **A salvação da Pátria Amada**: religião e extrema direita no Brasil. São Paulo: Paulus, 2024.

PASSOS, João Décio. **A Igreja em saída e a Casa Comum**. São Paulo: Paulinas, 2016a.

PASSOS, João Décio. SANCHEZ, Wagner Lopes. **A salvação da pátria amada**: religião e extrema direita no Brasil. São Paulo: Paulus, 2024.



PASSOS, João Décio. **Diálogos no interior da Casa Comum**: recepções interdisciplinares sobre a Encíclica *Laudato Si'*. São Paulo: EDUC, 2016b.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da doutrina social da Igreja**. 7ª ed., 10ª reimp. São Paulo: 2023.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. SANTOS, Altierrez dos. **Doutrina social da Igreja**: outro mundo é possível. São Paulo: Paulus, 2024.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 1–24, set. 1989. Reproduzido no acervo digital da autora.

SANTA SÉ. **Amazônia**: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral. Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica. Documento final. Brasília: Edições CNBB, 2019.

SANTA SÉ. **Sínodo para a Amazônia**. Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral. Assembleia especial para a região pan-amazônica. Brasília: CNBB, 2019.

SUESS, Paulo. **Dicionário da Querida Amazônia**: em busca da harmonia pluriforme. 40 palavras-chave da Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Querida Amazônia*, do Papa Francisco, no horizonte do *Documento Final do Sínodo dos Bispos para a Amazônia*. São Paulo: Paulus, 2021.

SUESS, Paulo. **Dicionário da Laudato Si'**: sobriedade feliz. 50 palavras-chave para uma leitura pastoral “sobre o cuidado da casa comum” do Papa Francisco. São Paulo: Paulus, 2017.

TAVARES, Sinivaldo. **Ecologia e decolonialidade**: implicações mútuas. São Paulo: Paulinas, 2022.

WOHLFART, João A. **Ecologia integral na Laudato Si'**: fundamentos e estrutura filosófica. Passo Fundo: Conhecer, 2021.